



Demonstrações Financeiras em IFRS

31 de dezembro de 2016 e de 2015

Índice

Demonstrações Financeiras em IFRS
31 de dezembro de 2016 e 2015

Balanço Patrimonial	3
Demonstração dos resultados dos exercícios.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas	7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	3	<u>5.084.983</u>	<u>3.506.219</u>
<u>Reservas junto ao Banco Central do Brasil</u>	14	<u>268.831</u>	<u>127.407</u>
<u>Ativos financeiros mantidos para negociação</u>		<u>8.137.689</u>	<u>11.683.457</u>
instrumentos de dívida	7	4.047.685	3.850.673
instrumentos de patrimônio	8	11	107
instrumentos financeiros derivativos	9	4.089.993	7.832.677
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		<u>1.025.977</u>	<u>3.801.558</u>
efetuados com instituições financeiras	4	117.778	2.480.080
efetuados com clientes	5	861.383	645.246
outros	6	46.816	676.232
<u>Ativo imobilizado</u>	10	<u>47.688</u>	<u>51.213</u>
<u>Ativo intangível</u>	11	<u>905</u>	<u>1.268</u>
<u>Créditos tributários</u>		<u>70.679</u>	<u>13.352</u>
diferidos	21	70.679	13.352
<u>Outros ativos</u>	13	<u>371.418</u>	<u>271.058</u>
Total do Ativo		15.008.171	19.005.622
<u>Passivos financeiros mantidos para negociação</u>		<u>3.659.135</u>	<u>12.887.545</u>
instrumentos financeiros derivativos	9	3.659.135	12.887.545
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		<u>8.648.053</u>	<u>4.054.812</u>
depósitos de instituições financeiras	15	1.751.614	1.216.836
depósitos e adiantamentos de clientes	16	6.834.725	2.096.054
dívidas subordinadas	17	-	87.477
outros passivos financeiros	18	61.714	654.445
<u>Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões</u>	19	<u>151.193</u>	<u>133.059</u>
<u>Passivos fiscais</u>		<u>403.096</u>	<u>119.215</u>
correntes	21	403.096	119.215
<u>Outras obrigações</u>	20	<u>276.417</u>	<u>304.313</u>
Total do Passivo		13.137.894	17.498.944
<u>Patrimônio Líquido</u>	22	<u>1.869.680</u>	<u>1.506.664</u>
capital social		1.776.333	1.198.113
reservas		93.945	308.551
<u>Participação dos não controladores</u>		-	<u>14</u>
Total do Patrimônio Líquido		1.870.277	1.506.678
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.008.171	19.005.622

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita com juros e similares	24	695.359	496.895
Despesa com juros e similares	25	(701.459)	(353.554)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		(6.100)	143.314
Reversão de <i>Impairment</i> líquido das recuperações	5	1.651	24.244
Receita líquida de juros após a provisão para <i>impairment</i>		(4.449)	167.585
Receita de tarifas e comissões	26	455.362	421.794
Despesas de tarifas e comissões	27	(65.303)	(50.356)
Ganhos líquidos com ativos e passivos financeiros	28	84.729	226.539
Ganhos líquidos com variações cambiais	29	734.027	90.237
Outras receitas (despesas) operacionais	30	(10.135)	29.062
RECEITAS OPERACIONAIS		1.194.231	884.861
Despesa com pessoal	31	(371.107)	(495.778)
Outras despesas administrativas	32	(101.916)	(90.377)
Depreciação e amortização		(11.459)	(10.198)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		709.747	288.508
Impostos sobre a renda	21	(343.388)	(70.179)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		366.361	218.329
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Lucro do exercício de operações descontinuadas	33.c	15.970	22.620
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		382.331	240.949
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 por ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias de operações continuadas		0,61	0,36
Ações ordinárias de operações descontinuadas		0,03	0,04
Média ponderada das ações emitidas			
Ações ordinárias		598.330.140	598.330.140

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício		382.331	240.949
Ajustes ao lucro			
Depreciação do imobilizado	10	11.096	9.705
Amortização do ativo intangível	11	363	490
Baixa e doações de ativos não financeiros	10	2.103	778
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(57.327)	(32.075)
Reversão de <i>impairment</i> líquido das recuperações	5c	-	(1)
Provisões para contingências e obrigações legais	19	18.134	(669)
(Acréscimo)/Decréscimo líquido nos ativos operacionais		6.154.347	(9.563.925)
Ativos financeiros para negociação		3.545.768	(7.722.277)
Empréstimos e recebíveis		2.775.581	(1.789.347)
Outros ativos		(100.278)	(31.374)
Imposto de renda e contribuição social - pagos		(66.724)	(20.927)
Acréscimo/(Decréscimo) líquido nos passivos operacionais		(9.767.418)	9.613.146
Passivos financeiros para negociação		(9.228.410)	8.825.373
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		(592.731)	639.762
Outras obrigações		53.723	148.011
Total do fluxo de caixa (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		(3.256.371)	268.398
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado		(9.756)	(20.049)
Alienação de investimentos		193.711	-
Total do fluxo de caixa proveniente / (utilizado) nas atividades de investimento		183.955	(20.049)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
(Pagamento)/Aumento de dívida subordinada		(87.477)	172
Aumento/(Redução) de depósitos de instituições financeiras e de clientes		4.738.671	1.103.978
Varição na participação de acionistas não controladores		(14)	2
Total do fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		4.651.180	1.104.152
Aumento de caixa ou equivalente de caixa		1.578.764	1.352.501
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3	3.506.219	2.153.718
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3	5.084.983	3.506.219

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras e outras informações

(a) Contexto Operacional

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), anteriormente denominado Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio e crédito.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. O Banco está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo, integrantes do sistema financeiro.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria e Diretoria em 27 de março de 2017.

(b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional, normativo este que passou a exigir das instituições financeiras, à partir da data-base 31 de dezembro de 2010, a divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS – Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e traduzidos para língua portuguesa pelo Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (“IBRACON”).

2. Principais práticas contábeis e critérios de apuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo por meio do resultado mensurado ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo

método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação do *impairment* de ativos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Vide Nota 2.3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Banco revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.1. Base para consolidação

Em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras foram preparadas de maneira individual, visto que em 30 de novembro de 2016, a parcela do capital da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários que pertencia ao Banco, correspondente a 99,9954% do seu valor patrimonial, foi vendida para BofAML EMEA Holdings 2 Limited.

Em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo incluem as demonstrações financeiras do Banco e de sua subsidiária, a Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliário, cuja participação, era de 99,9954% sobre o capital social.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Banco detém o controle. O Banco controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, a variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Banco deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Banco exerce controle estão consolidadas. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados nessa consolidação.

(b) Transações com participações de não controladores

A participação de não controladores é apresentada no patrimônio líquido do Banco como "Participação de não controladores" na demonstração de posição financeira consolidada. Essa participação no lucro do exercício é apresentada como "Lucro atribuível a não controladores" na demonstração consolidada de resultado. Alterações na participação do Banco em uma controlada que não resultar em uma perda de controle são contabilizadas como transações no patrimônio. Os saldos contábeis das participações do Banco e as participações dos não controladores são ajustados para refletir as mudanças das suas relativas participações nas subsidiárias.

2.2. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Transações e saldos

Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista (spot) no final do período (cotação de “compra” para ativos e de “venda” para passivos).

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

2.3. Estimativas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, *swaps “vanilla”* e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc).

- Modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e *swaps* exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “*inputs*” no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

- Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração.

- Mensuração do valor recuperável do imobilizado e ativos intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 21, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.

- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.
 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Banco é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Vide Nota 19.

2.4. Ativos e Passivos Financeiros

2.4.1 Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

2.4.2 Reconhecimento de ativos e passivos financeiros

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, receitas e despesas de juros e variação cambial, mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” no período em que ocorrem.

2.4.3 Classificação

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelos custos amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco não detinha instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco não detinha instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda.

Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, depósitos a vista no país e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.

Empréstimos e recebíveis

- “Empréstimos e recebíveis efetuados com instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e recebíveis efetuados com clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- “Outros empréstimos e recebíveis”: inclui recebíveis sem característica de concessão de crédito e relacionados, principalmente, a valores a receber pela prestação de serviços.

Ativos financeiros mantidos para negociação

- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

Outros ativos

- “Outros Ativos”: referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo e derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). São mensurados pelo valor justo e sua variação é levada em contrapartida ao resultado.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras. São mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa de retorno efetiva e sua variação é levada em contrapartida ao resultado.

Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Depósitos e adiantamento de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- “Dívidas subordinadas”: inclui a captação de recursos de longo prazo efetuada pelo Banco junto a terceiros, passivos que podem se tornar elegíveis a capital de nível II (*tier II*) desde que tal procedimento seja autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- “Obrigações por empréstimos no exterior”: são registradas as captações em moedas estrangeiras efetuadas junto a empresa ligada no exterior, com juros pré-fixados e variação cambial, resultante de atividades de captação de recursos realizadas pelo Banco.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.
- “Derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). O banco não possui *hedge accounting* nos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015.

2.4.4 Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos, e quando negativos, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustados conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	4.047.696	4.089.993	8.137.689
Passivos financeiros para negociação	-	(3.659.135)	(3.659.135)

	31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	3.850.780	7.832.677	11.683.457
Passivos financeiros para negociação	-	(12.887.545)	(12.887.545)

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas, títulos públicos, posições vendidas e futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que utilizem dados de mercado não observáveis (Nível 3).

A seguir, são demonstradas as técnicas e principais premissas adotadas na mensuração dos instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos baseados substancialmente em dados observáveis de mercado (Nível 2) em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

31/12/2016			
	Valor Justo	Técnica Adotada	Principais Premissas
<i>Posição ativa</i>			
Swaps	2.828.764	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Opções	97.785	Modelo Black&Scholes	Dados de Mercado observáveis e liquidez
Termo	1.219.248	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Sub-total	4.145.797		
CVA	(55.804)		
Total	4.089.993		

31/12/2016			
	Valor Justo	Técnica Adotada	Principais Premissas
<i>Posição passiva</i>			
Swaps	(2.765.389)	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Opções	(97.785)	Modelo Black&Scholes	Dados de Mercado observáveis e liquidez
Termo	(795.961)	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Total	(3.659.135)		

31/12/2015			
	Valor Justo	Técnica Adotada	Principais Premissas
<i>Posição ativa</i>			
Swaps	6.356.826	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Opções	12.235	Modelo Black&Scholes	Dados de Mercado observáveis e liquidez
Termo	1.532.374	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Sub-total	7.901.435		
CVA	(68.758)		
Total	7.832.677		

31/12/2015			
	Valor Justo	Técnica Adotada	Principais Premissas
<i>Posição passiva</i>			
Swaps	(8.440.823)	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Opções	(3.483.242)	Modelo Black&Scholes	Dados de Mercado observáveis e liquidez
Termo	(963.480)	Método do valor presente	Dados de Mercado observáveis
Total	(12.887.545)		

2.4.5 Valor justo de ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros, reconhecidos ao custo amortizado, do Banco e seus respectivos valores justos nos finais dos exercícios:

Ativo	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis efetuados com instituições financeiras	117.778	117.778	2.480.080	2.480.080
efetuados com clientes	861.383	861.383	645.246	645.246
outros	46.816	46.816	676.232	676.232
Total	1.025.977	1.025.977	3.801.558	3.801.558

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores justos nos finais dos exercícios:

Passivo	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
depósitos de instituições financeiras	1.751.614	1.751.614	1.216.836	1.216.836
depósitos e adiantamentos de clientes	6.834.725	6.834.725	2.096.054	2.096.054
dívidas subordinadas	-	-	87.477	87.477
outros passivos financeiros	61.714	61.714	654.445	654.445
Total	8.648.053	8.648.053	4.054.812	4.054.812

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos com instituições financeiras / Depósitos de instituições financeiras: incluem os depósitos interfinanceiros e operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (*over night*). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo. Empréstimos e recebíveis efetuados com clientes: incluem saldos a liquidar com clientes em operações de crédito, conforme descrito na Nota 5.
- Outros empréstimos e recebíveis: incluem valores a receber pela prestação de serviços a serem liquidados no curto prazo. Tendo em vista os prazos para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.
- Depósitos de clientes: o valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.
- Dívidas subordinadas: Referidas operações possuem taxa flutuante substancialmente próxima de mercado e estão substancialmente próximas de seus vencimentos.

- Obrigações por empréstimos no exterior: refere-se a captações de recursos em moeda estrangeira com empresa ligada. Possuem vencimentos diários e, por esse motivo, o valor justo e o valor contábil, estão substancialmente próximos.

2.4.6 Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora significativa, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

2.4.7 Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas àquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo;

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para perda por não recuperação) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

2.6. Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, caso possuam prazo original inferior a 90 dias ou como “Empréstimo e recebíveis”, caso possuam prazo original superior a 90 dias.

2.7. Ativo Imobilizado

Ativo imobilizado inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

2.8. Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê às entidades consolidadas o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável. As despesas de amortização são reconhecidas na rubrica de “Despesas administrativas”.

São compostos substancialmente por sistemas adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados linearmente com base na vida útil estimada de aproximadamente 5 anos.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativo imobilizado (Vide Nota 2.7).

2.9. Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e de natureza certa, embora valor e/ou época incertos.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade consolidada. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas Notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

2.10. Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação da Diretoria Executiva).

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é algo recorrente e significativo para o BofAML, sendo auferida basicamente em prestações de serviço de assessoria financeira, nos modelos destacados abaixo:

Comissões auferidas por assessoria em processos de captação de recursos

Neste tipo de serviço, o BofAML é contratado para coordenar ou assessorar os contratantes durante o processo de colocação primária ou secundária de novas ações ou emissão de instrumentos de dívida. Esta prestação de serviços é conduzida por prazo indefinido compreendido entre a data da celebração do mandato e a data de efetiva captação dos recursos. A remuneração por esta prestação de serviços só se torna devida pelo contratante em caso de efetivação da emissão, sendo a “data de precificação” o momento significativo escolhido pelo BofAML.

Comissões auferidas por assessoria em operações de fusões e aquisições

Neste tipo de serviço, o BofAML é contratado para assessorar empresas no processo de aquisições, vendas ou fusões. Esta prestação é conduzida por prazo indefinido compreendido entre a data da celebração do mandato e a data de efetivação da transação. A remuneração do Banco, no entanto, é paga pelo contratante necessariamente poucos dias após a assinatura do mandato, sendo esta data escolhida pelo BofAML para reconhecimento da receita, independentemente da data de liquidação financeira.

iv. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

2.11. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O BofAML reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Na data base de divulgação destas demonstrações financeiras, a empresa não apresentava garantias financeiras em aberto.

2.12. Ativos fiduciários

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém foram divulgados através de Nota explicativa (vide Nota 36 b).

2.13. Imposto de renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 20%.%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na Nota 21, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, o Banco compensa um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

2.14. Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

2.15. Benefícios

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

- a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.
- b) Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O Banco determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.

2.16. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do BofAML recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa (“transações liquidadas com caixa”).

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais com base na Ptax de três dia útes anteriores à data da transação. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até – e incluindo – a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

2.17. Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor

i) Pronunciamentos contábeis emitidos que entrarão em vigor após a data destas Demonstrações Financeiras:

- Complemento ao IFRS 9 – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:
 - i) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
 - ii) Redução ao valor recuperável (impairment): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
 - iii) Contabilização de cobertura (hedge accounting): Os requisitos para Contabilização de cobertura (hedge accounting) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

O Banco está em processo de implementação da IFRS 9. Os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão em avaliação e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Ressalta-se que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas. No processo de implantação da IFRS 9 estão envolvidas as áreas de Finanças, Riscos, Crédito, Tecnologia, Controles Internos bem como a Administração.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13,15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O Banco adotará a IFRS 15 retrospectivamente apenas para contratos não finalizados até a data de entrada em vigor da norma. Demais efeitos deverão ser ajustados em contrapartida a Lucros e Prejuízos Acumulados. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento.

- IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

O BofAML está analisando os impactos da adoção das normas e alterações acima mencionadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A composição, por tipo de operação e moeda, dos saldos da rubrica “Caixa” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos bancários no exterior	42.780	65.029
Aplicações compromissadas	5.041.355	2.710.820
Aplicações no exterior	-	640.184
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	89.798
Depósitos em correspondentes	848	388
Total	5.084.983	3.506.219
Moeda:		
Real	5.042.518	2.801.008
Dólar norte-americano	14.929	645.403
Dólar australiano	7.455	4.711
Libras esterlinas	7.137	20.220
Euro	6.316	20.571
Iene	2.680	5.156
Peso mexicano	1.950	687
Coroa dinamarquesa	581	782
Renmimbi iuan	432	75
Dólar canadense	349	5.126
Rande	251	347
Coroa norueguesa	182	1
Franco suíço	151	1.932
Coroa sueca	54	190
Dólar cingapura	4	6
Dólar Nova Zelândia	3	4
Total	5.084.983	3.506.219

4. Empréstimos e recebíveis efetuados com instituições financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis efetuados com instituições financeiras” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	117.778	622.839
Intermediação de negociações de valores mobiliários	-	1.857.241
	<u>117.778</u>	<u>2.480.080</u>
Moeda:		
Real	<u>117.778</u>	<u>2.480.080</u>
	<u>117.778</u>	<u>2.480.080</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam operações de empréstimos e recebíveis efetuados com instituições financeiras em atraso.

A Nota 36.b contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

5. Empréstimos e recebíveis com clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos das rubricas “Empréstimos e recebíveis com clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado (saldos brutos)	861.383	645.246
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	-	-
Empréstimos e recebíveis efetuados junto a clientes (líquidos)	<u>861.383</u>	<u>645.246</u>

A Nota no 36.c (vii) contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

Adicionalmente, a Nota 36.b contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam operações de empréstimos e recebíveis efetuados com clientes em atraso.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não recuperação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Condição e tipo de crédito		
Empréstimos	861.383	645.246
Total	861.383	645.246
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Por setor		
Outros serviços	645.276	454.537
Indústria	165.263	170.832
Intermediários financeiros	-	15.845
Comércio	50.844	4.032
Total	861.383	645.246
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fórmula de taxa de juros		
Pós fixados	861.383	645.246
Total	861.383	645.246

c) Perdas por não recuperação (*impairment*)

Aplicando-se os procedimentos descritos na Nota 2.5, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas por não recuperação para 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As variações nas provisões para as perdas por não recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis” são as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	-	(1)
Constituições	-	-
Reversões	-	1
Saldo no final do exercício	-	-

Em 31 de dezembro de 2015 o resultado com “Reversão de Impairment líquido das recuperações” é composto principalmente por receitas com Recuperação de Créditos.

6. Outros empréstimos e recebíveis

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Outros empréstimos e recebíveis” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações de câmbio (1)	14.783	630.670
Rendas a receber por prestação de serviços (2)	32.033	45.562
Total	<u>46.816</u>	<u>676.232</u>

(1) Refere-se ao saldo a receber de operações de câmbio apresentado em bases líquidas.

(2) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

A Nota 36.c(vii) contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros empréstimos e recebíveis.

7. Ativos financeiros para negociação – Instrumentos de dívida

A composição dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tipo		
Letras do tesouro nacional	1.641.200	3.174.195
Notas do tesouro nacional	2.406.485	636.791
Letras financeiras do tesouro	-	39.687
Total	<u>4.047.685</u>	<u>3.850.673</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Posição		
Dados em garantia (operações com derivativos)	994.451	3.521.377
Livres	24.005	324.042
Vinculados a compromissos de recompra	3.029.229	5.254
Total	<u>4.047.685</u>	<u>3.850.673</u>

Os instrumentos de dívida que o Banco possui em carteira são todos atrelados à moeda Real, não havendo nenhum papel em outras moedas.

A Nota 36.b contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

8. Ativos financeiros para negociação - Instrumentos de Patrimônio

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Papéis		
Qualicorp	-	96
ANBIMA	10	10
CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	1	1
Total	<u>11</u>	<u>107</u>

9. Instrumentos financeiros derivativos

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação são indicados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	
	<u>Saldo Devedor</u>	<u>Saldo Credor</u>
Risco de moeda estrangeira	2.704.443	(1.606.120)
Risco de taxa de juros	1.417.362	(1.935.338)
Spread de Risco de Crédito - CVA	(55.804)	-
Risco de preços	23.827	(117.677)
Outros riscos	165	-
Total	<u>4.089.993</u>	<u>(3.659.135)</u>
	<u>31/12/2015</u>	
	<u>Saldo Devedor</u>	<u>Saldo Credor</u>
Risco de taxa de juros	5.772.727	(3.276.665)
Risco de moeda estrangeira	2.105.215	(9.591.888)
Spread de Risco de Crédito - CVA	(68.758)	-
Risco de preços	23.365	(18.991)
Outros riscos	128	(1)
Total	<u>7.832.677</u>	<u>(12.887.545)</u>

A Nota 36.b contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

10. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado do Banco diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Os detalhes, por categoria, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	2015	Adições	Baixas	Depre- ciação	2016
Instalações	36.083	49	(8)	-	36.124
Móveis e equipamentos de uso	9.842	23	(672)	-	9.193
Sistemas de comunicação	7.241	770	(149)	-	7.862
Sistemas de processamento de dados	41.341	8.616	(1.947)	-	48.010
Veículos	215	216	-	-	431
Obras de arte	82	-	-	-	82
Moveis e equipamentos em estoque	1.449	-	(1.260)	-	189
Imobilizados em curso	395	-	(395)	-	-
Subtotal	96.648	9.674	(4.431)	-	101.891
Depreciação acumulada	(45.435)	-	2.328	(11.096)	(54.203)
Total	51.213	9.674	(2.103)	(11.096)	47.688

	2014	Adições	Baixas	Depre- ciação	2015
Instalações	28.035	8.083	(35)	-	36.083
Móveis e equipamentos de uso	7.842	2.000	-	-	9.842
Sistemas de comunicação	6.092	2.763	(1.614)	-	7.241
Sistemas de processamento de dados	37.356	5.144	(1.159)	-	41.341
Veículos	508	215	(508)	-	215
Obras de arte	82	-	-	-	82
Imobilizados em curso	-	395	-	-	395
Moveis e equipamentos em estoque	-	1.449	-	-	1.449
Subtotal	79.915	20.049	(3.316)	-	96.648
Depreciação acumulada	(38.268)	-	2.538	(9.675)	(45.435)
Total	41.647	20.049	(778)	(9.675)	51.213

11. Ativo intangível

A composição do saldo da rubrica “Ativos intangíveis” é a seguinte:

	2015	Adições	Baixas	Amorti- zação	2016
Gastos de organização e expansão	10.617	-	(9)	-	10.608
Subtotal	10.617	-	(9)	-	10.608
Amortização acumulada	(9.349)	-	9	(363)	(9.703)
Total	1.268	-	-	(363)	905

	2014	Adições	Baixas	Amorti- zação	2015
Gastos de organização e expansão	10.623	-	(6)	-	10.617
Subtotal	10.623	-	(6)	-	10.617
Amortização acumulada	(8.861)	-	2	(490)	(9.349)
Total	1.762	-	(4)	(490)	1.268

12. Créditos tributários correntes

A composição do saldo da rubrica “Créditos tributários correntes” é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar (1)	81.587	30.435
Outros impostos e contribuições a compensar (1)	229	210
Total	81.817	30.645
Circulante	81.817	30.645
Total	81.817	30.645

(1) Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 81.817 (R\$ 30.645 em 2015) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12. Vide Nota 21.c.

13. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos judiciais (a)	297.966	214.846
Outros valores (b)	69.470	52.902
Adiantamento e antecipações salariais	3.359	3.161
Adiantamento a fornecedores	623	149
Total	371.418	271.058
Circulante	28.179	3.310
Não circulante	343.239	267.748
Total	371.418	271.058

(a) Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes detalhadas na Nota 19. Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer do segundo semestre de 2016, o Banco reconheceu a atualização monetária dos juros dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 93.649 em “outras receitas (despesas) operacionais” (Nota 30).

(b) Refere-se basicamente a reembolsos a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 45.004.

14. Ativos cedidos em garantia

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Instrumentos de dívida (1)	3.053.234	3.526.631
Depósitos judiciais (Nota 13)	297.966	214.846
Reservas no Banco Central do Brasil (2)	268.831	127.407
Total	<u>3.620.031</u>	<u>3.868.884</u>

(1) Refere-se a depósitos compulsórios efetuados junto ao Banco Central do Brasil.

(2) Refere-se a instrumentos de dívida dados em garantia em operações de derivativos e operações compromissadas.

Todas as operações efetuadas pelo Banco, as quais foram sujeitas a entrega e recebimento de garantias são realizadas com termos usuais de mercado.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco não entregou seus ativos imobilizados como garantias em operações no mercado.

15. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações compromissadas	1.232.550	47.249
Certificados de depósitos interfinanceiros	355.011	16.028
Passivos a liquidar em bolsas (BM&F)	164.053	1.153.559
Total	<u>1.751.614</u>	<u>1.216.836</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Moeda		
Real	<u>1.751.614</u>	<u>1.216.836</u>
Total	<u>1.751.614</u>	<u>1.216.836</u>

A Nota 36.c (vii) contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos depósitos e adiantamentos de clientes ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

16. Depósitos e adiantamentos de clientes

A composição, por classificação, tipo e moeda, da rubrica “Depósitos e adiantamentos de clientes” é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos à vista	681.382	318.497
Certificados de depósitos bancários	6.153.343	1.777.557
Total	<u>6.834.725</u>	<u>2.096.054</u>
Moeda		
Real	<u>6.834.725</u>	<u>2.096.054</u>
Total	<u>6.834.725</u>	<u>2.096.054</u>

A Nota 36.c (vii) contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos depósitos e adiantamentos de clientes ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

17. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	Valor Principal	Taxa de juros	31/12/2016	31/12/2015
Dívida subordinada (1)	86.700	100% CDI	-	87.477
			-	87.477

(1) Dívida subordinada emitida em 6 de dezembro de 2006, foi integralmente liquidada no vencimento em 6 de dezembro de 2016.

18. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Operações câmbio	2.872	613.468
Recursos em trânsito de terceiros	58.842	40.977
Total	61.714	654.445

A Nota 36.c (vii) contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros no fim do exercício.

19. Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras obrigações

Provisões representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “Provisões” é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações legais e passivos fiscais contingentes (i)	105.921	80.563
Passivos trabalhistas	45.272	52.496
Total	151.193	133.059
Não circulante	151.193	133.059
Total	151.193	133.059

(i) Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer do segundo semestre de 2016, o Banco reconheceu a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 13) e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 33.910 em “outras receitas (despesas) operacionais” (Nota 30).

b) Variações

As variações na rubrica “Provisões” foram as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	133.059	86.321
Constituição/(Reversão) no exercício	26.727	46.738
Baixas pela venda de entidade controlada (1)	(8.593)	-
Saldo no final do exercício	151.193	133.059

(1) O montante de R\$ 8.593 é referente à venda da Merrill Lynch CTVM ocorrida em Novembro de 2016, conforme descrito no contexto operacional.

c) Provisões para impostos, outras contingências e outras provisões

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

i) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O Banco é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o IAS 37, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificados como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica “outros impostos correntes” e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido estava integralmente provisionado, no montante de R\$ 105.880 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 71.970 em 2015).

ii) Passivos contingentes trabalhistas

Baseado nos prognósticos de consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2016 o Banco possui provisão de R\$ 45.272 (R\$ 52.496 em 2015) relacionados a passivos contingentes de natureza trabalhista.

iii) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível estão representados por:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contribuições previdenciárias sobre PLR	353.070	290.240
Dedutibilidade na renegociação de créditos	69.236	63.254
Dedução de tributos com exigibilidade suspensa relativas a gratificações (principal e juros)	17.395	15.816
IR, CS, PIS e COFINS s/ ganhos na desmutualização da Bovespa e BMF	6.265	36.859
PIS e COFINS sobre corretagem de investidores estrangeiros	-	18.878
Outras	703	661
Total de causas fiscais possíveis	<u>446.669</u>	<u>425.708</u>
Trabalhistas	59.731	52.942
Total de causas trabalhistas possíveis	<u>59.731</u>	<u>52.942</u>
Total de perdas possíveis	<u>506.400</u>	<u>478.650</u>

20. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Programa de participação nos resultados - curto prazo (1)	100.450	136.043
Remuneração de acionistas (JCP)	90.464	71.732
Programa de participação nos resultados - longo prazo (2)	57.175	66.261
Despesas de pessoal	16.525	16.209
Passivos atuariais (3)	7.139	-
Outras	4.664	14.068
Total	<u>276.417</u>	<u>304.313</u>

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Programa de participação nos resultados - longo prazo.

Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

O valor contábil do passivo referente às ações em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 57.175 (R\$ 66.261 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

(3) Programa de participação nos resultados - longo prazo.

I – Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

(a) **Critério para apuração dos Ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pelo Banco conforme sua ocorrência.

(b) **Taxa para desconto da Obrigação atuarial** – Inflação + 7,22% a.a. = 13,12% a.a.

(c) **Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo** – 5,50% a.a

(d) **Crescimento dos Custos Médicos** – Inflação + 3,00% a.a. = 8,66% a.a.

(e) **Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade:**

De 0 a 24 anos: 0,50%

De 25 a 54 anos: 2,00%

De 55 a 79 anos: 4,50%

Acima de 80 anos: 3,00%

(f) **Percentual de Permanência no Plano dos futuros aposentados e desligados** – 100%

(g) **Tábua de Mortalidade Geral** – AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que o Banco mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

(h) **Rotatividade** - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários do Banco, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a. na experiência Jan/13 a Mai/16.

(i) **Idade na data de aposentadoria** - 60 anos de idade.

(j) **Método atuarial** - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II – Exposição a Riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem o Banco a uma série de riscos, sendo os principais expostos à seguir:

- Risco de Inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- Expectativa de Vida: Os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III – Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	<u>Passivo atuarial</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Obrigação de Benefício Definido	6.089
Custo do Serviço	264
Juros sobre Obrigação do Benefício Definido	786
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>7.139</u>

IV – Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado do Banco (antes de impostos) seria de:

<u>Alteração da Premissa</u>	<u>Efeito no Passivo atuarial e no Resultado</u>	
- Redução de 0,5%	119	Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(1,089)	Reversão do passivo e da despesa

21. Passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	709.747	709.747	288.508	288.508
Juros sobre capital próprio	-	-	(84.390)	(84.390)
Ajustes Temporários (1)	157.433	157.433	(132.471)	(132.471)
Incentivos Fiscais (2)	4.547	347	427	98
Outros Ajustes Permanentes (3)	43.875	44	334	9
Receitas não tributáveis	-	-	(14.970)	(14.970)
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	915.602	867.571	57.438	56.784
Alíquotas (4)	25%	15%-20%	25%	15%-20%
IRPJ e CSLL	(228.226)	(172.993)	(9.014)	(5.712)
Ajustes Exercícios Anteriores	(635)	(407)	3.612	2.245
Incentivos Fiscais	5.890	-	(755)	-
Passivo Fiscal Diferido (5)	39.334	24.023	(59.885)	(40.866)
Outros Ajustes	-	-	-	(3)
Ativo Fiscal Diferido	(9.515)	(859)	20.320	30.083
Total do imposto de renda e contribuição social	(193.152)	(150.236)	(51.436)	(18.743)

- (1) Referem-se aos ajustes temporários indedutíveis ao lucro líquido, tais como, ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões de passivos contingentes.
- (2) Refere-se, basicamente, as doações realizadas de acordo com os programas estabelecidos pelos Governos Federal e Municipal (Lei Rouanet, FUMCAD e Incentivo ao Desporto) e o Programa Empresa Cidadã (Prorrogação de Licença Maternidade).
- (3) Refere-se, basicamente, a remuneração variável dos diretores executivos do Bank of America Merrill Lynch.
- (4) A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.
- (5) Refere-se, basicamente, ao passivo diferido sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de impostos

As alíquotas efetivas de impostos são:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido antes da tributação	709.747	288.508
Imposto de renda e Contribuição social	343.388	70.179
Alíquota efetiva	48,38%	24,32%

c) Impostos correntes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto e contribuições sobre lucros (1)	398.802	45.974
Impostos sobre serviços de terceiros	9.957	15.310
Imposto e contribuições sobre salários	68.785	85.553
Outros	7.369	3.023
Total	484.913	149.860
Circulante	484.913	149.860
Total	484.913	149.860

(1) Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 81.817 (R\$ 30.645 em 2015) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12. Vide Nota 12.

d) Impostos diferidos

Os saldos das rubricas “Créditos tributários diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos tributários		
Imposto de Renda Diferido	75.969	91.748
Contribuição Social Diferida	64.064	69.869
Total	140.033	161.617
Passivos fiscais diferidos		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(69.354)	(148.265)
Total	(69.354)	(148.265)

As movimentações dos saldos dos créditos tributários diferidos e dos passivos fiscais diferidos nos exercícios foram as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<i>Créditos tributários diferidos</i>		
Saldo no início do exercício	161.617	110.634
Adições /(Baixas)	(21.584)	50.983
Saldo no final do exercício	140.033	161.617
<i>Passivos fiscais diferidos</i>		
Saldo no início do exercício	(148.265)	(46.438)
Adições /(Baixas)	78.911	(101.827)
Saldo no final do exercício	(69.354)	(148.265)
Crédito tributário líquido dos passivos fiscais diferidos	70.679	13.352

e) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários de 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Exercícios	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	124.847
2017	88.141	30.749
2018	43.014	-
2019	-	6.021
2020 e demais	8.878	-
	140.033	161.617

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado, pela Administração do Banco, com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções de resultado alinhado ao Plano de Capital do Banco. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

22. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 598.330.140 ações ordinárias nominativas, que asseguram dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, podendo, a Assembleia Geral, deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em atendimento à Resolução 3.605/08 do CMN, em 30 de abril de 2015, o valor de R\$ 2.917 referente à “reserva de capital” foi destinado para a conta de “reserva de lucros – especiais”.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, a Administração deliberou a criação de nova “reserva de lucros – estatutária” destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória do Banco, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. A referida “reserva de lucros – estatutária” será constituída mediante à distribuição de até 100% dos resultados remanescentes do lucro líquido do Banco apurado em cada exercício social, após efetivadas todas as demais deduções legais, e mediante proposta da Administração, sendo certo que o saldo de tal “reserva de lucros – estatutária” não poderá ultrapassar o valor do capital social. A Administração aprovou a destinação das “reservas de lucros – especiais”, no montante de R\$ 64.471 para “reserva de lucros – estatutária”.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco efetuou a provisão de remuneração do capital próprio aos acionistas, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária na mesma data, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 84.390. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 37.976.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 71.732, mediante a créditos resultantes do pagamento de juros sobre o capital próprio. Este ato societário foi homologado junto ao Banco Central do Brasil em 1º de julho de 2016.

Em 30 de novembro de 2016, o Banco vendeu integralmente a totalidade de sua participação (99,9954%) da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) para a BofAML EMEA Holdings 2 Limited (BofAML EMEA Holdings II), sociedade constituída em Jersey, pelo valor correspondente a 99,9954% do valor patrimonial da CTVM, conforme saldos registrados naquela data.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 506.488, mediante a capitalização de lucros acumulados referentes ao presentes exercícios R\$ 217.615, Reserva Legal R\$ 94.522, Reservas de Lucros – Estatutária R\$ 190.811, Reserva de Lucros – Incentivos Fiscais R\$ 623 e Reservas Legais de Lucro R\$ 2.917. Este ato societário encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

23. Índices Operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulatório consistente com suas atividades, com capital mínimo exigido de 11%. Em março de 2013, novas regras foram emitidas pelo Banco Central do Brasil, em função da implementação de Basiléia III no Brasil para fins alinhamento as normas globais. A nova abordagem Padronizada de Basiléia III incluiu novas regras de metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito, assim como na para apuração do Patrimônio de Referência. Foram estabelecidas ainda, novas regras de transparência de capital por meio de alterações no Pillar 3 de Basileia. O índice de Basileia, calculado de forma consolidada, está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Capital regulatório de Nível I ajustado	2.040.597	1.483.208
Capital regulatório de Nível II	-	-
Patrimônio de Referência	2.040.597	1.483.208
PR Mínimo para o RWA	1.111.131	1.162.787
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	11.251.965	10.570.793
RWA - Risco de Crédito	6.047.334	6.250.535
RWA - Risco de Mercado	3.597.710	3.197.109
RWA - Risco Operacional	1.606.920	1.123.149
Índice de Basileia III	18,14%	14,03%

24. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	591.655	422.375
Empréstimos e adiantamentos a clientes	103.692	74.431
Outros Juros	12	89
Total	695.359	496.895

25. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos de clientes	(425.175)	(141.308)
Depósito de instituições financeiras	(136.928)	(71.684)
Empréstimos no exterior	(121.469)	(126.033)
Títulos de dívida e passivos subordinados	(10.754)	(10.938)
Outros juros	(7.133)	(3.591)
Total	(701.459)	(353.554)

26. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as comissões acumuladas em favor do BofAML no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prestação de outros serviços (1)	364.540	376.513
Assessoria em negociações	69.762	37.476
Gestão de fundos	18.907	17.869
Negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários	23.037	15.625
Outras receitas	2.343	1.970
Despesa com ISS (2)	(23.227)	(27.659)
Total	<u>455.362</u>	<u>421.794</u>

(1) Essas receitas referem-se a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

(2) Refere-se a despesa de imposto calculado sobre receitas de prestação de serviços, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Os critérios para reconhecimento das receitas de comissões no resultado do período variam de acordo com as características das operações que originaram essas comissões. Uma descrição mais detalhada desses critérios encontra-se divulgada na Nota 2.10.

27. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica “Despesas de comissões” demonstra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Comissões pagas a correspondentes bancários	(33.401)	(34.742)
Despesas com taxas bancárias	(14.976)	(8.985)
Despesas com corretagem de operações de câmbio	(9.264)	(321)
Tarifas e comissões	(6.578)	(5.047)
Despesas com emolumentos	(1.083)	(1.010)
Despesas de serviços - BM&F	-	(251)
Total	<u>(65.303)</u>	<u>(50.356)</u>

28. Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) são compostos pelos ajustes de avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos classificados na categoria “ativos financeiros para negociação”, e os lucros realizados na negociação de instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Instrumentos de dívida	509.599	372.606
Instrumentos de patrimônio	(13.328)	86
Instrumentos financeiros derivativos	(411.541)	(146.153)
Total	<u>84.729</u>	<u>226.539</u>

29. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Banco, totalizando em 31 de dezembro de 2016 um saldo credor de R\$ 734.027 (R\$ 90.237 em 31 de dezembro de 2015).

As principais operações que geraram esses resultados com variação cambial são aplicações em moedas estrangeiras, empréstimos no exterior e operações de câmbio.

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outras receitas (1)	95.096	49.054
Despesas tributárias	(57.711)	(11.939)
Outras despesas (2)	(47.518)	(8.053)
Total	<u>(10.135)</u>	<u>29.062</u>

(1) Composto principalmente por atualização de depósitos judiciais, no montante de R\$ 93.649 em 31 de dezembro de 2016 (Nota 13).

(2) Composto principalmente por atualização de obrigações legais e contingências fiscais, no montante de R\$ 33.910 em 31 de dezembro de 2016 (Nota 19).

31. Despesas com pessoal

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração	(155.949)	(251.156)
Custos previdenciários	(112.149)	(156.167)
Remuneração referenciada em ações	(64.316)	(58.224)
Benefícios	(36.694)	(28.347)
Outras	(1.999)	(1.884)
Total	<u>(371.107)</u>	<u>(495.778)</u>

32. Outras despesas operacionais

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(29.740)	(36.424)
Aluguéis	(13.533)	(14.852)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(13.166)	(15.265)
Tecnologia e sistemas	(11.284)	(3.735)
Comunicações	(5.543)	(5.101)
Contribuições filantrópicas	(4.996)	(1.592)
Imóveis, instalações e materiais	(1.548)	(1.295)
Água, energia e gás	(1.232)	(1.273)
Prêmios de seguros	(1.551)	(975)
Publicidade e publicações	(591)	(757)
Outras diversas (*)	(18.732)	(9.106)
Total	<u>(101.916)</u>	<u>(90.377)</u>

(*) Substancialmente composto por programas de recompensas no montante de R\$ 13.374 (R\$ 5.127 em 2015).

33. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de instrumentos financeiros derivativos classificados como “para negociação”

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos classificados como “para negociação”, mantidos pelo Banco é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor de referência (notional)	Valor Justo	Valor de referência (notional)	Valor Justo
<i>Risco de taxa de juros e outros</i>				
Swap de taxa de juros	37.701.478	(517.976)	48.584.332	2.496.062
Contratos a termo	848.734	165	254.216	127
<i>Risco de moeda estrangeira</i>				
Swaps cambiais	18.013.382	675.201	20.234.977	(4.584.433)
Opções – Posição comprada	2.397.854	97.785	8.518.445	12.235
Opções – Posição vendida	2.397.854	(97.785)	8.518.445	(3.483.242)
Contratos a termo	44.682.044	423.122	62.032.771	568.767
<i>Spread de risco de crédito</i>		(55.804)		(68.758)
<i>Risco de preço</i>				
Swaps de preços	3.500.037	(93.850)	1.844.254	4.374
Total	109.541.383	430.858	149.987.440	(5.054.868)

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, de acordo com o vencimento das operações, é como segue:

	31/12/2016			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Swap	7.085.832	10.502.167	41.626.538	59.214.537
Opções	1.815.413	2.583.422	396.873	4.795.708
Contratos a termo	39.902.659	4.912.909	715.210	45.530.778
Total	48.803.904	17.998.498	42.738.981	109.541.023
	31/12/2015			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Swap	7.935.848	10.404.664	52.323.051	70.663.563
Opções	14.012.391	1.028.999	1.995.500	17.036.890
Contratos a termo	53.586.652	5.727.495	191.690	59.505.837
Total	75.534.891	17.161.158	54.510.241	147.206.290

b) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Depósitos bancários no exterior	42.780	-	65.029	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	640.184	-
Total	42.780	-	705.213	-

c) Resultado com operações descontinuadas

O resultado de operações descontinuadas divulgado na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 15.970 (R\$ 22.620 em 2016) refere-se ao resultado acumulado entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016 pela Merrill Lynch S.A. CTVM, a qual teve sua participação 100% vendida em 30 de novembro de 2016, conforme detalhado na Nota 2.1.

Segue abaixo quadro com abertura dos resultados das operações descontinuadas:

	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	23.206	21.696
Outras receitas (despesas) operacionais	5.791	14.476
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.027)	(13.552)
	15.970	22.620

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os fluxos de caixa decorrentes das operações descontinuadas foram provenientes das atividades operacionais em R\$ 2, em 2015 utilizados nas atividades operacionais R\$ (1).

34. Compromissos de crédito (*off balance*)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Avais e fianças	178.439	144.093

35. Saldos e transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs, controladas, coligadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco, familiares próximos do pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais esse pessoal-chave ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America Merrill Lynch Brasil, direta ou indiretamente.

a) Remuneração da Administração

As despesas com remuneração do pessoal chave da administração, reconhecidas como despesa de pessoal, do Grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Participação nos Lucros e Gratificações	29.127	25.621
Plano de benefício de Longo Prazo	21.725	17.164
Encargos e Multa Rescisória	18.611	14.710
Salário e Benefícios	12.531	11.105
Previdência Privada	833	576
Total	<u>82.827</u>	<u>69.176</u>

a.1) Plano de benefícios a longo prazo

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor do Banco, ligando os interesses pessoais dos colaboradores-chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

a.2) Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- 1) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- 2) Qualquer entidade controlada pela instituição; ou
- 3) Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

O Banco e sua subsidiária não têm operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas determinadas acima.

c) Transações com partes relacionadas

i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto à Controladora

Tipo de operação	Vencimento	2016	2015
Ativos			
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	06/01/16	-	4.522
Total Ativos		-	4.522
Passivos			
Obrigações Sociais e Estatutárias		(90.463)	(71.624)
Total Passivos		(90.463)	(71.624)

- (1) O saldo de “valores a receber sociedades ligadas”, subgrupo de Outros créditos - Diversos, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infra-estrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado “Receitas de prestação de serviços”.

Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controladora

Tipo de operação	2016	2015
Receitas de prestação de serviços	-	40

Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa	2016	2015
Ativos				
Depósitos em moedas estrangeiras			42.465	63.347
Aplicações em Mercado aberto	04/01/2016	CDI	-	751
Aplicações em moedas estrangeiras			-	624.321
Outros créditos a receber			53.859	52.292
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 20/01/2027		1.353.603	5.322.401
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	18/01/2017		28.358	-
	06/01/2016		-	41.038
Total Ativos			1.478.285	6.104.150
Passivos				
Depósitos à vista			(513)	(15)
	06/01/2017	CDI	(928)	-
Captações no mercado aberto	02/01/2017	Pré	(1.231.662)	-
	02/01/2016	CDI	-	(47.248)
Depósitos à prazo	Até 28/12/2018	CDI	(46.966)	(42.360)
Depósitos interfinanceiros	02/01/2017	Pré	(175.089)	-
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 20/06/2025		(1.758.151)	(5.273.646)
Valores a pagar sociedades ligadas			(718)	(108)
Dívidas subordinadas	06/12/2016	CDI	-	(87.477)
			(164.053)	-
Negociação e intermediação de valores	06/01/2016		-	(804.630)
Total Passivos			(3.378.080)	(6.255.484)

- (1) O saldo de “valores a receber sociedades ligadas”, subgrupo de Outros créditos - Diversos, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infra-estrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado “Receitas de prestação de serviços”.

- (2) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram estipuladas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e ao mercado.

Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto à não Controladoras

Tipo de operação	2016	2015
Resultado com títulos e valores mobiliários	731	68
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(4.273.057)	3.774.457
Receitas de prestação de serviços e outros	356.844	411.664
Operações de captação no mercado	(88.434)	(30.712)
Operações de empréstimos e repasses	(13.479)	(11.736)
Despesas com prestação de serviços	(2.104)	-
Recuperação de despesas	66.387	865

d) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau; e
- acionista controlador do Banco.

36. Gestão de riscos

O BofAML gerencia sistematicamente as seguintes categorias de risco que são mais relevantes para seu negócio:

- Risco de mercado: Risco de potenciais perdas em uma carteira de negócios ou investimentos decorrente de oscilações em condições de mercado (preços de ações, câmbio e juros);
- Risco de crédito: O potencial de perdas que pode ocorrer como resultado de um indivíduo, contraparte ou emissor ser incapaz ou relutante em honrar suas obrigações contratuais com o BofAML;
- Risco de liquidez: A incapacidade potencial de cumprir obrigações financeiras, tanto para saldos dentro de balanço (on-balance) quanto para saldos fora de balanço (off-balance) quando vencidos; e
- Risco operacional: Risco de perda resultante de falhas de pessoas, processos e sistemas internos ou a partir de eventos externos.

O BofAML possui estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação das exposições a esses riscos.

Essas estruturas são compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas, adequados à natureza e à complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do BofAML

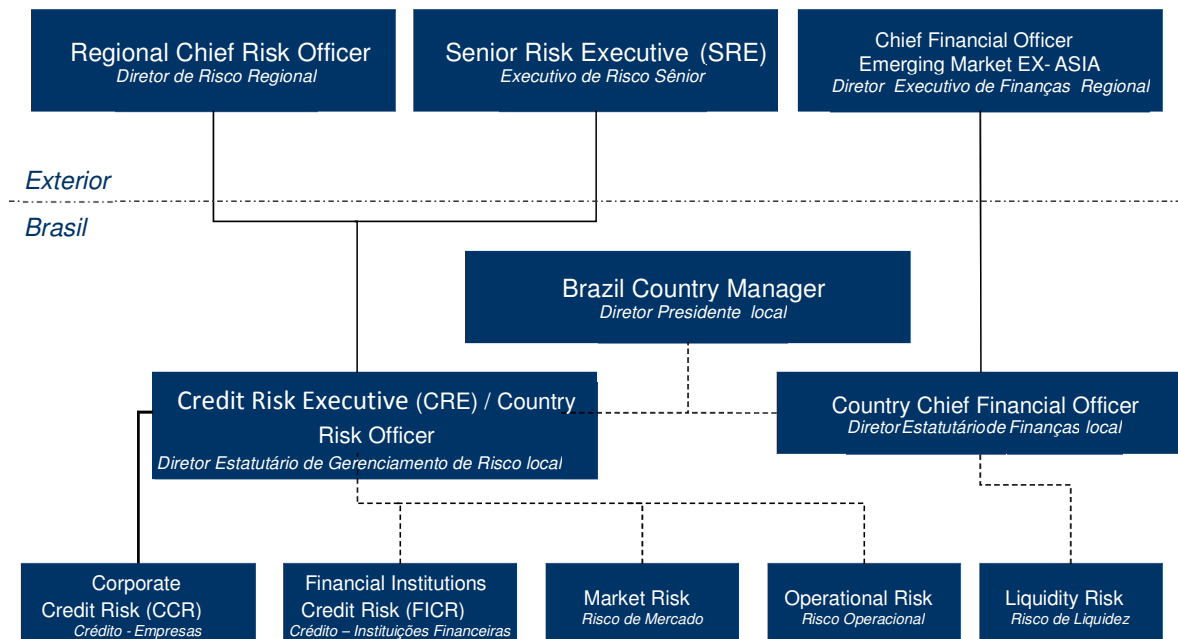
Objetivos e políticas

Dada a diversidade dos negócios, mercados e regiões em que o BofAML atua, o estabelecimento de uma estrutura de gestão eficiente de risco é uma tarefa criticamente importante.

Subjacente ao fato do Bank of America Corporation (última controladora do BofAML) ser uma instituição financeira global, a responsabilidade inicial no processo de gestão de riscos do Grupo apóia-se nas unidades de negócio individuais em gerenciar os riscos. Desta forma, o BofAML gerencia estes riscos pela adesão ao estabelecimento de políticas e procedimentos de risco.

Estrutura organizacional

Os grupos primários responsáveis pela manutenção das políticas e procedimentos de risco e por estabelecer, controlar e monitorar os limites de risco são: gestão de risco de mercado, gestão de risco de crédito, gestão de risco de liquidez e gestão de risco operacional. Estes grupos são independentes das demais áreas do Banco e se reportam, no Brasil, à administração e a seus respectivos representantes no Bank of America Corporation. Além disso, a área de finanças também possui participação relevante na gestão de riscos, principalmente no que se refere aos processos de reportes regulatórios e, por isso, também é abordada no organograma abaixo:



Comitês de gestão de riscos

i. ALMRC – Assets, Liabilities and Market Risk Committee (Comitê de Ativos, Passivos e Risco de Mercado)

Tem como responsabilidade reunir-se periodicamente para analisar, revisar e formular as estratégias, riscos e resultados inerentes às atividades do BofAML.

ii. Comitê de Risco de Crédito

Responsável pela aprovação da estratégia de risco de crédito do BofAML e aprovação de políticas de crédito. Também são atribuições deste comitê propor, avaliar e definir as normas internas de risco de crédito, sugerir e decidir os procedimentos operacionais e ações mitigantes relacionadas, monitorar a carteira e a atividade de crédito, assim como manter uma estrutura necessária para uma adequada gestão de risco de crédito.

iii. Comitê de Risco Brasil (BRC)

Responsável por monitorar e aprovar as políticas e processos do BofAML destinados a garantir um gerenciamento sólido de riscos de, Mercado, Liquidez, Operacional, Crédito, Compliance e Legal. É responsável pelos processos de medição, administração e controle destes riscos e pode, ainda, delegar autoridade para administradores ou sub-comitês quando necessário.

iv. Comitê Executivo (Country Leadership Team)

É o comitê primário de governança no Brasil, que atua de acordo às diretrizes globais de Risco do Conglomerado Bank of America. O Comitê é presidido pelo próprio presidente do Conglomerado BofAML no País, e entre os seus membros encontram-se os Diretores Operacional, de Compliance, de Finanças e das diversas áreas de negócios, de suporte e de controle da instituição. Seu objetivo é supervisionar as atividades de negócios conduzidas no país, aprovar novas iniciativas e mudanças significativas na estrutura corporativa local e garantir o correto funcionamento da estrutura de governança corporativa do país.

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de oscilações em preços e taxas de mercado tais como taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ativos, etc.

Dado que o risco de mercado é um componente inevitável das operações de negócios do BofAML, torna-se imperativa uma estrutura para o apropriado gerenciamento do Risco de Mercado. A base de qualquer infraestrutura da atividade de gestão de riscos está tanto nas práticas de governança corporativa da instituição quanto na efetividade da estrutura de controles internos. A governança corporativa e a estrutura de controles internos afetam a forma com que a estratégia e objetivos da gestão de risco são estabelecidos, e também a maneira como os riscos são identificados quando se realiza a avaliação, o planejamento, e a consequente execução das atividades do negócio.

Os componentes específicos da estrutura de gestão de Risco de Mercado consistem em políticas e estratégias claramente documentadas, que estabelecem limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado dentro dos níveis aceitos pelo BofAML; além de sistemas para medir, monitorar e controlar exposições ao risco de mercado e uma estrutura organizacional adequada para reporte tempestivo e eficiente acerca das exposições de risco em relação aos níveis definidos como apropriados pela diretoria. Providenciar informações para avaliação da performance das linhas de negócio, faz parte da efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.

O gerenciamento do Risco de Mercado no BofAML contempla a identificação e mensuração dos riscos de mercado existentes e potenciais; a mitigação e controle de riscos através de políticas e procedimentos, o monitoramento e gerenciamento dos níveis de risco, garantindo sua aderência ao apetite de risco da instituição, e a revisão e adequado reporte tanto à diretoria da instituição quanto aos órgãos reguladores.

A responsabilidade pelo gerenciamento do Risco de Mercado no BofAML é da Diretoria de Risco de Mercado da instituição, que conjuntamente com o Comitê de Ativos, Passivos e de Risco de Mercado (ALMRC), define e determina o nível de Risco de Mercado que a entidade está apta a aceitar, em consonância com os seus objetivos de negócios e sem divergir dos objetivos e estratégias globais do BofAML.

Métodos de gestão de Risco de Mercado

A Diretoria e o ALMRC delegam à Unidade de Risco de Mercado Local – área independente das áreas de negócio – as responsabilidades pela identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos de mercado proveniente das atividades do conglomerado, incluindo a responsabilidade pelo cálculo e análise diárias de medidas de risco como análise de sensibilidade, VaR, *backtest* e *stress-test*, entre outras medidas e a mensuração e monitoramento dos níveis de risco e dos limites estabelecidos, além da responsabilidade de suportar o atendimento às regulamentações locais referentes ao gerenciamento de Risco de Mercado.

i. Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de fatores permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A Unidade de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às Unidades de Negócios envolvidas medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

Em conformidade com as diretrizes do Bank of America Merrill Lynch globalmente, a Unidade de Risco de Mercado Local utiliza também outros indicadores de Risco de Mercado como níveis de exposição, VaR e *stress-test*, além de testar a aderência das metodologias de VaR através do *backtesting*.

ii. VaR (“Value-at-Risk”)

O BofAML aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas totais da carteira.

O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A Unidade de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de Risco de Mercado, sendo que alterações observadas na medida de VaR devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

A metodologia de cálculo de VaR aplicada está em linha com os procedimentos adotados globalmente pela corporação. O modelo consiste em uma simulação histórica realizada com uma janela de observações de 3 anos atualizadas periodicamente. Assim o nível de confiança do modelo é de 99% e horizonte de 1 dia, porém considera-se a média dos últimos 19 piores perdas no período. Essa metodologia leva em consideração o efeito das “caudas gordas” características das séries dos ativos financeiros. Este modelo passou a ser adotado após aprovação em reunião do ALMRC no dia 13 de Junho de 2012.

A seguir, mostra-se o VaR do BofAML. As principais observações são a de que os valores individuais por fator de risco podem ser positivos e que soma desses valores individuais equivale ao total, sendo uma característica de medida coerente de risco.

VaR*		
99%, 1 Dia		
R\$		
Fator de Risco	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total	(13.461.645)	(11.162.298)
Mínimo**	(3.949.406)	(4.779.822)
Máximo**	(22.538.557)	(15.623.190)
Médio**	(9.330.225)	(8.085.880)

*Média das 19 piores perdas de uma janela de observação de 3 anos.

**VaR mínimo, máximo e médio do trimestre encerrado nas datas em questão

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a densidade dos retornos e nela não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, ao considerar retornos históricos deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação. Dessa forma, em complemento ao VaR, a Unidade Local de Risco de Mercado realiza

backtest para analisar a aderência e precisão dos modelos locais utilizados para mensurar os riscos de mercado em relação à realidade do mercado. A essência da técnica de *backtest* é a comparação de resultados reais de negociação com resultados estimados pelo modelo de VaR.

iii. Testes de aderência - Backtest

A Unidade de Risco de Mercado Local realiza *backtest* para analisar a aderência e precisão dos modelos locais utilizados para mensurar os riscos de mercado em relação à realidade do mercado. A essência da técnica de *backtest* é a comparação de resultados reais de negociação com resultados estimados pelos modelos.

Em conformidade com o programa de *backtesting* do Bank of America Merrill Lynch global, a Unidade de Risco de Mercado Local calcula diariamente o VaR para as Unidades de Negócios ligadas ao BofAML e informa mensalmente os resultados do *backtesting*.

iv. Testes de estresse

Em relação ao *stress-test*, sua realização deve ser periódica e com a finalidade de capturar as posições mais afetadas dada uma situação específica de mercado. Tais testes permitem rápida identificação das posições com potencial para significativos impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado. Para a realização de *stress-test*, diferentes cenários de *stress* são elaborados pela Unidade de Risco de Mercado Local com devido suporte das Unidades de Negócios, de acordo com seu fim e em consonância com as condições locais de mercado.

Para as exposições classificadas na carteira de negociação (*trading book*) são realizados *stress-test* diários através da aplicação dos cenários de *stress* pré-definidos. Para as exposições não classificadas na carteira de negociação (*banking book*), é realizado *stress-test* com periodicidade mínima trimestral sensibilizando variáveis de mercado chave como o preço do ativo objeto e a volatilidade implícita, em conformidade com requerimentos do Banco Central do Brasil.

b. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo Órgão Regulador Local.

Estão compreendidos na definição de Risco de Crédito: o risco de crédito da contraparte, o risco país, o risco de transferência, a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante e também a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediária ou conveniente de operações de crédito.

Qualquer transação financeira realizada pelo BofAML com contraparte pode implicar em exposição ao risco de crédito por parte da instituição, propiciando potenciais perdas, diretas ou indiretas. Deste modo, o estabelecimento de procedimentos para uma adequada gestão do risco de crédito e manutenção de níveis de exposição a crédito compatíveis com o apetite de risco definido pela instituição, são objetivos chave do BofAML. Assim, a avaliação do risco de crédito de cada contraparte e produto, a manutenção da qualidade de crédito da carteira e a adequação dos limites de crédito aprovados são essenciais para a continuidade das operações da instituição.

i. Processo de originação do crédito

O processo de originação da concessão de crédito inicia-se nas Unidades de Negócios que, ao identificarem uma operação potencial com uma determinada contraparte, comunica a área de Risco de Crédito, indicando características e detalhes da operação.

ii. Processo de análise e aprovação do crédito

Qualquer aprovação de crédito requer um estudo de crédito que deve ser formalizado no Memorando de Aprovação de Crédito e submetido à aprovação do Diretor de Risco de Crédito. Para aprovação da concessão de crédito, deve-se seguir o regime de alçadas do BofAML, definido em função do volume do crédito e da qualificação de risco da contraparte envolvida.

O BofAML utiliza sistemas para mensuração e posteriormente como repositório para os documentos de aprovação, limites e exposições de crédito correntes. Além disso, a instituição durante o processo de aprovação se utiliza de sistema apropriado para armazenamento de demonstrativos financeiros, mensuração da classificação do risco de crédito, e avaliação do retorno e capital econômico consumido na transação.

A análise de crédito é fundamentalista e leva em consideração a área de atuação da contraparte, setor de atividade econômica, principais concorrentes e fornecedores, considerações sobre a administração, estrutura societária, situação econômico-financeira atual e projetada, grau de alavancagem e endividamento, fluxo de caixa, contingências, entre outros. Estes fatores são subsídios importantes para a determinação de adequada classificação de risco da contraparte.

Especificamente, em caso de Instituições Financeiras, a análise financeira considera: o capital, a qualidade de ativos, avaliação da administração e resultados, liquidez, análise de sensibilidade e opinião de Agências de Classificação. São analisados também, o panorama da transação (pontos fortes/fracos), o panorama do cliente e principais riscos e atenuantes e suas principais fontes de pagamento.

iii. Gestão da exposição ao risco de crédito

A gestão da exposição ao risco de crédito tem como objetivo monitorar individualmente as operações e o perfil de risco da contraparte, fazendo uso de informações externas e internas, identificando potenciais eventos de perdas e decidindo por medidas adequadas para sua mitigação. Quando efetivamente observadas deteriorações, medidas pertinentes são deliberadas no Comitê de Risco de Crédito.

iv. Gestão da carteira de crédito

A área de risco de crédito do BofAML adota uma série de controles para uma gestão eficiente e robusta do risco de crédito. Os limites referem-se a níveis máximos pré-aprovados, os procedimentos estabelecem níveis aceitáveis de risco e as avaliações comparativas representam as melhores práticas. Estes controles, em confluência com os limites regulatórios, se referenciam à estrutura de limites de risco de crédito no BofAML.

O BofAML busca a diversificação do portfólio como forma de reduzir a volatilidade de perdas referentes ao risco de crédito e maximizar o retorno do capital. A estrutura de limites de crédito, contemplando os procedimentos e as avaliações comparativas relativas à exposição, ao crédito e ao capital atribuído ao país, foi estabelecida para alcançar tais objetivos.

Além de monitorar os limites de crédito concedidos de acordo com o grau de risco da contraparte, visando manter a diversificação da carteira, a exposição da carteira é analisada sob dois principais aspectos de concentração: tipo de indústria/setor; e classificação de grau de risco da contraparte.

Para tanto, são estabelecidos parâmetros desejáveis relacionados a tais exposições. Em casos específicos, os parâmetros estabelecidos podem ser alterados mediante apreciação do Comitê de Risco de Crédito.

Adicionalmente, a área de risco de crédito acompanha a concentração das dez maiores exposições por contraparte, independentemente do tipo de indústria/ setor ou grau de classificação.

As contrapartes são fundamentalmente monitoradas em bases trimestrais, incluindo a revisão de aspectos, tais como:

- Situação econômico-financeira da contraparte;
- Exposição atual do BofAML com relação à contraparte em questão;
- Situação atual de potenciais negociações; e
- Discussão de plano de ação.

v. *Monitoramento da carteira de crédito*

A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado pelo Gerente de Risco de Crédito através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo BofAML, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias sob sua responsabilidade.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à geração de caixa, faturamento, EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), e alavancagem, assim como fatores de descumprimento de covenants, dentre outras, para orientar as ações cabíveis.

vi. *Análise de risco da contraparte*

Manter uma metodologia de classificação de risco da contraparte assertiva, consistente e dinâmica é muito importante para um gerenciamento eficaz do risco de crédito do BofAML. Desta forma, o BofAML adota uma metodologia de classificação de risco que conta com os seguintes princípios:

- As classificações de risco são atribuídas como uma parte do processo de aprovação de crédito e revisadas periodicamente, de forma a refletir mudanças nas condições da contraparte;
- O Gerente de Risco de Crédito tem a responsabilidade de atribuir uma classificação de Risco de Crédito para novas contrapartes e manter atualizadas as classificações já realizadas;
- Revisões e atualizações das classificações ocorrerem com periodicidade mínima anual, ou sempre que se tenha acesso a informações que possam impactar a classificação de risco da contraparte; e
- As classificações de risco são avaliadas, de forma independente pela Auditoria Interna de Crédito (*Credit Review*), como forma de assegurar a precisão e consistência da classificação atribuída.

Atributos gerais das classificações de risco de crédito

A capacidade de pagamento é avaliada pelo desempenho econômico-financeiro das contrapartes que será identificada na análise prévia à concessão de crédito, com foco na geração de fluxo de caixa. O estabelecimento de limites para cada contraparte ocorre com a participação do Gerente e Diretor de Risco de Crédito, seguindo políticas e procedimentos estabelecidos pelo BofAML.

A classificação de risco da contraparte refletirá as condições gerais que têm um impacto sobre a exposição de crédito no momento em que os mesmos são atribuídos. Os analistas que atribuem ou atualizam os riscos de crédito considerarão a vulnerabilidade da contraparte ou da tomadora às condições econômicas ou setoriais quando atribuírem uma classificação.

vii. Políticas de mitigação e controle

Levando em consideração a estratégia do BofAML focada em banco de atacado, as técnicas de mitigação de risco de crédito são avaliadas caso a caso e incluem, quando apropriado, o direito de exigir inicialmente garantia ou margem, o direito de encerrar as operações ou de solicitar mais garantias em função da probabilidade de acontecimentos desfavoráveis, o direito de solicitar mais garantias quando certos níveis de exposição forem excedidos e o direito de exigir fianças de terceiros e a compra de proteção contra inadimplência de crédito. Em função do foco estratégico em clientes de grande porte e alta qualidade de crédito (*“client selection”* percebido como o mais importante elemento da concessão de crédito), antecipamos que a maior parte do portfólio do BofAML tende a não ter mitigadores estruturais ou garantias.

Como regra geral o BofAML utiliza-se do instituto jurídico da compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ressalvando-se no entanto que uma análise precisa deve ser feita caso a caso, pois os termos das operações estão sujeitos à negociação entre as partes.

Garantias e métodos de eficácia

Ao estender crédito, o BofAML poderá exigir garantias referentes a vários tipos de ativos para reduzir risco, incluindo, mas não se limitando a avais, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, recebíveis, títulos do governo e demais títulos e valores mobiliários. A fim de assegurar a eficácia da garantia na redução pretendida de risco, é essencial que a constituição da garantia em favor do BofAML seja devidamente documentada, e que essa garantia seja devidamente avaliada e monitorada na sua originação e continuamente.

A metodologia utilizada para a avaliação e mensuração da garantia dependerá da utilização e do grau de dependência do BofAML para com a garantia. A avaliação de garantia deve ser parte de qualquer análise de repagamento. Além disso, a avaliação de garantia e controle constitui um importante recurso de controle (por exemplo, na utilização de uma base de empréstimo).

No caso da avaliação e mensuração de garantias como uma fonte secundária ou terciária de repagamento, o uso do valor histórico registrado nas demonstrações financeiras pode ser um meio apropriado de mensuração da garantia. No entanto, com a deterioração do tomador de crédito, e com o aumento da confiança na garantia como fonte de repagamento, deve haver esforços para se obter fontes adicionais ou independentes de informação ou de verificação dos valores de garantia. Nestes casos, as Unidades de Negócios deverão também complementar a avaliação e a mensuração com requisitos mais específicos ou mais rigorosos.

Quando o BofAML é mais dependente das garantias como fonte de repagamento, a avaliação inicial e contínua das garantias deverá ser mais rigorosa, e podem incluir requisitos de informação mais intensa e avaliações ou verificações periódicas de terceiros.

Devido à volatilidade dos preços inerente a títulos de liquidez imediata, o monitoramento dos títulos dados em garantia, incluindo qualquer garantia de empréstimos ou *thresholds* específicos é fundamental. Os requisitos de controle incluem a marcação a mercado das garantias constituídas e verificação do cumprimento de índices de cobertura por meio de sistemas integrados.

As garantias são instrumentos que visam a reduzir a ocorrência de perdas em operações dotadas de risco de crédito. Para que sejam aceitas como instrumentos mitigadores de risco, as garantias devem ser devidamente formalizadas e controladas (artigos 20 a 22 da Circular nº 3.360 do Banco Central do Brasil). Para fins de apuração da parcela de alocação de capital do risco de crédito, apresentamos abaixo o valor total mitigado por estes instrumentos por FPR:

A exposição total ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se demonstrada a seguir (1):

<i>em milhares de Reais</i>	31/12/2016	
	Exposição	Garantias Recebidas (1)
Depósitos bancários no exterior	42.780	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	117.778	-
Operações compromissadas	5.041.355	5.065.293
Instrumento de dívida	4.047.685	-
Derivativos	4.089.993	-
Operações de crédito e outros recebíveis	876.166	732.057
Rendas a receber por prestação de serviços	32.033	-
Total	14.247.790	5.797.350

	31/12/2015	
	Exposição	Garantias Recebidas (1)
Depósitos bancários	65.417	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	712.637	-
Operações compromissadas	2.710.820	2.713.598
Instrumento de dívida de patrimônio	3.850.780	-
Aplicações no exterior	640.184	-
Derivativos	7.832.677	-
Intermediação e negociação de valores mobiliários	1.407.331	-
Operações de crédito e outros recebíveis	1.275.916	418.515
Rendas a receber por prestação de serviços	45.562	-
Total	18.541.324	3.132.113

(1) Os valores registrados representam, em todos os aspectos materiais, os valores justos das garantias recebidas.

viii. Limites de exposição

O processo de aprovação e concessão de crédito requer análise e classificação do risco de crédito da contraparte em questão. Para cada contraparte é atribuída uma classificação de risco de crédito de acordo com a metodologia de classificação de risco adotada pelo BofAML, seguindo as políticas e procedimentos corporativos. Os limites de risco de crédito levam em consideração as medidas de exposição corrente e potencial, sendo estas definidas e monitoradas por tipo de risco amplo, tipo de produto e vencimento.

Todas as transações são aprovadas de acordo com as alçadas de crédito estabelecidas pela política corporativa. Normas, legislações e práticas contábeis locais são levadas em consideração para determinar o apetite de risco local.

c. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como o risco da capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados.

Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, as instituições devem garantir a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros.

i. Políticas e estratégias de risco de liquidez

O principal objetivo do gerenciamento de risco de liquidez é desenvolver uma estratégia para garantir com que a empresa esteja apta para atender obrigações financeiras contratuais e eventuais durante ciclos de mercado e períodos de liquidez *stress*.

Existem quatro componentes estratégicos para alcançar este objetivo:

- Manter uma condição de liquidez suficiente para atender prontamente as obrigações “on” e “off-balance” de seu portfólio, sem incorrer em custos excessivos, enquanto atua regularmente de acordo com a estratégia interna de atuação e crescimento da instituição;
- Manter uma condição de liquidez suficiente para o BofAML com base na análise dos vencimentos das obrigações e outras saídas potenciais de caixa, incluindo expectativas de saída de caixa em condições de *stress* de mercado;
- Diversificar as fontes de captação, considerando o perfil de ativos e estrutura das entidades legais; e
- Manter um plano de contingência adequado e suficiente para proteger o BofAML em caso de eventos relevantes de liquidez.

A responsabilidade pela supervisão das atividades diárias de gerenciamento, controle e monitoramento do Risco de Liquidez cabe ao Diretor de Risco de Liquidez que deve, por sua vez, assumir esta responsabilidade mantendo um amplo canal de consulta e comunicação com o *Corporate Treasury* e área de Risco de Liquidez.

As atividades de gerenciamento, controle e monitoramento de Risco de Liquidez podem ser distribuídas em categorias como:

Geral

- Comunicar e implementar procedimentos para o gerenciamento de Risco de Liquidez;
- Supervisionar o cumprimento das atividades diárias de controle e monitoramento do Risco de Liquidez;
- Manter sistemas de informações e processos para mensurar, monitorar, controlar e reportar Risco de Liquidez;

- Prover à Diretoria Executiva Local, ALMRC (Comitê de Ativos, Passivos e Risco de Mercado: *Assets, Liabilities and Market Risk Committee*) e Órgãos Reguladores Locais com informações relevantes e atualizadas;
- Manter planos de contingência aplicáveis; e
- Manter uma apropriada Política de Investimentos.

Estratégico

- Identificar cenários extremos de liquidez e realizar análises de testes de estresse;
- Avaliar a adequação do nível de liquidez considerado como tolerável;
- Assegurar que aspectos de liquidez são considerados no desenvolvimento de novos produtos, atividades de negócio ou iniciativas corporativas, como parte dos processos corriqueiros de revisão adotados pelo BofAML (ex.: processo de revisão de novos produtos);
- Gerenciar necessidades de captação de ou para entidades ligadas;
- Facilitar o acesso ao Mercado de Capitais;
- Maximizar a diversificação das fontes de captação;
- Suportar a coordenação e alinhamento com as práticas de gestão de Riscos do BofAML, incluindo Risco de Mercado, Crédito e Operacional; e
- Suportar a coordenação e alinhamento com as práticas de gestão de Risco de Liquidez da BofAML global.

Tático

- Identificar relevantes cenários para condições normais e de estresse de mercado;
- Identificar relevantes fatores de liquidez e seus comportamentos diante de cada cenário;
- Identificar fontes de captação diante de cada cenário;
- Realizar análises para suportar as premissas de comportamento e captação; e
- Maximizar o acesso às fontes de captação, incluindo linhas de crédito compromissadas e não compromissadas.

Operacional

- Prover e analisar projeções diárias de fluxos de caixa;
- Gerenciar diariamente captações de curto prazo e sobras de caixa; e
- Cabe às áreas de *Corporate Treasury* e Risco de Liquidez rever e ajustar, sempre que necessário, a adequação e suficiência das práticas adotadas pelo BofAML.

ii. Identificação, mensuração e monitoramento

A área de Risco de Liquidez, com o devido suporte das Unidades de Negócios, é responsável por identificar os principais fatores de Risco de Liquidez que devem ser mensurados e monitorados. Também possui a responsabilidade pela proposição dos limites de liquidez, a serem aprovados pelo ALMRC conforme a tolerância de risco da Diretoria do BofAML.

Uma vez identificados os fatores (*drivers* de liquidez) mais relevantes para o Risco de Liquidez, (ex: instrumentos que demandam periódicos ajustes de margens, ou concentração em ativos com pouca liquidez) seja sob o aspecto de fonte ou uso de liquidez, o controle diário de Risco de Liquidez deverá analisar o comportamento que tais fatores possuem diante dos cenários de estresse definidos para o BofAML.

Cabe à área de Risco de Liquidez assegurar que todos os fatores de liquidez aprovados pelo ALMRC são capturados e contemplados pelo sistema utilizado para mensurar, controlar e reportar o Risco de Liquidez do BofAML.

iii. Análise de gap de liquidez

Através de análises de gaps de liquidez é possível antecipar períodos de saídas ou necessidades significativas de caixa, que podem impactar a liquidez da instituição.

A projeção de fluxo de caixa é um dos procedimentos-chave adotados pelo BofAML para a análise de gap de Liquidez, pois proporciona à instituição uma visão futura do fluxo contínuo entre as fontes geradoras e as tomadoras de recursos. A análise de gaps no fluxo de caixa projetado permite a avaliação da capacidade do BofAML de gerar recursos para suprir necessidades de caixa decorrentes de suas atividades e volatilidades do mercado.

O BofAML projeta diariamente seu fluxo de caixa para um horizonte de no mínimo 3 (três) meses e analisa os descasamentos observados. Esta análise é realizada sob o aspecto das necessidades diárias e das necessidades acumuladas de caixa, decorrentes de descasamentos no fluxo de caixa projetado.

iv. Mitigação e controle

Dentre as atividades de controle para o gerenciamento e monitoramento, a área de Risco de Liquidez é responsável por:

- Monitorar diariamente o cumprimento ou violação dos limites de liquidez predefinidos para o BofAML;
- Reportar tempestivamente ao Diretor de Risco de Liquidez do BofAML as violações aos limites de liquidez e respectivas aprovações requeridas;
- Reportar ao ALMRC sumário mensal das aprovações requeridas decorrentes de limites de liquidez violados;
- Supervisionar o envio das informações requeridas pelo Órgão Regulador Local;
- Analisar e apresentar ao ALMRC os resultados dos testes de estresse;
- Prover explicações ao ALMRC e Diretoria Executiva, se necessário, para violação de limites e ações remediadoras;
- Realizar análises de cenários e testes de estresse com periodicidade mínima trimestral;

- Reportar qualquer fragilidade observada nos controles de liquidez; e
- Manter amplo canal de comunicação com a Unidade de Risco de Mercado Local (MRM BR) para propiciar coordenação e integração na gestão de riscos.

v. *Comunicação*

A principal função do ALMRC, sob autoridade delegada da Diretoria do BAML Brasil com relação ao Risco de Liquidez é assegurar que o BofAML possua as políticas, processos, sistemas, controles e limites para gerenciar o Risco de Liquidez. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do Risco de Liquidez devem ser discutidas pelo ALMRC e aprovadas de forma colegiada.

O ALMRC deve, também, ser fórum e canal de comunicação entre as áreas responsáveis pelo gerenciamento e monitoramento dos diferentes tipos de risco com impacto, direto ou indireto, no Risco de Liquidez: risco de mercado, crédito e operacional. Através deste canal é possível manter transparência acerca do gerenciamento e monitoramento de riscos, e obter uma visão consolidada dos riscos incorridos pelo BofAML e seus impactos no Risco de Liquidez.

vi. *Sistemas*

A carteira de Tesouraria é controlada no sistema SBS (*Senior Banking Solution*):

Controla todas as operações do mercado primário e secundário de renda fixa. Mantém o cadastro de todas as características de uma operação de renda fixa, tais como, dados da emissão, forma de valorização, plano de pagamentos de juros e possui o relatório de caixa do BofAML, mostrando as movimentações de fluxo de caixa do BofAML relacionadas a renda-fixa, derivativos e exposição em moeda estrangeira.

vii. Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir mostra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

	31 de dezembro de 2016					Total
	a vista	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo						
Disponibilidade e reservas no Banco Central do Brasil	43.628	5.041.355	-	-	-	5.084.983
Reservas junto ao Banco Central do Brasil	268.831	-	-	-	-	268.831
Ativos financeiros para negociação						
Instrumentos de dívida	-	213.190	911.935	1.645.241	1.277.319	4.047.685
Instrumento de patrimônio	11	-	-	-	-	11
Emprestimos e recebíveis						
Instituições financeiras (1)	-	-	91.357	-	26.421	117.778
Clientes (1)	-	310.461	32.061	286.360	232.501	861.383
Outros	-	46.816	-	-	-	46.816
Derivativos	-	1.504.144	819.233	1.128.746	637.870	4.089.993
Total	312.471	7.115.966	1.854.586	3.060.347	2.174.111	14.517.481
Passivo						
Depósitos						
De instituições financeiras (1)	-	1.633.525	118.089	-	-	1.751.614
De clientes (1)	681.382	656.899	1.160.742	2.361.277	1.947.425	6.834.725
Dívidas subordinadas (1)	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	61.714	-	-	-	61.714
Derivativos	-	1.127.047	664.506	1.165.201	702.381	3.659.135
Total	681.382	3.479.185	1.943.337	3.526.478	2.676.806	12.307.188
Posição líquida	(368.911)	3.626.781	(88.751)	(466.131)	(502.695)	2.210.293

(1) Em 31 de dezembro de 2016 as operações foram substancialmente pactuadas com taxas médias referenciadas ao Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

	31 de dezembro de 2015					Total
	a vista	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo						
Disponibilidade e reservas no Banco Central do Brasil	705.601	2.701.820	-	-	-	3.416.421
Reservas junto ao Banco Central do Brasil	127.407	-	-	-	-	127.407
Ativos financeiros para negociação						
Instrumentos de dívida	-	18.271	1.812.100	1.498.761	521.540	3.850.673
Instrumento de patrimônio	107	-	-	-	-	107
Emprestimos e recebíveis						
Instituições financeiras (1)	-	1.947.039	622.839	-	-	2.480.080
Clientes (1)	-	68.499	80.218	496.529	-	645.246
Outros	-	676.232	-	-	-	676.232
Derivativos	-	1.374.611	1.246.283	5.211.783	-	7.832.677
Total	833.115	6.795.472	3.761.440	7.207.073	521.540	19.029.843
Passivo						
Depósitos						
De instituições financeiras (1)	-	1.216.836	-	-	-	1.216.836
De clientes (1)	318.497	302.274	74.076	368.111	1.033.096	2.096.054
Dívidas subordinadas (1)	-	-	87.477	-	-	87.477
Outros passivos financeiros	-	654.445	-	-	-	654.445
Derivativos	-	4.551.912	1.855.652	6.479.981	-	12.887.545
Total	318.497	6.725.467	2.017.205	6.848.092	1.033.096	16.942.357
Posição líquida	514.618	70.005	1.744.235	358.981	(511.555)	2.086.486

(1) Em 31 de dezembro de 2015 as operações foram substancialmente pactuadas com taxas médias referenciadas ao Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

d. Risco Operacional

O Conglomerado BofAML define risco operacional como o risco de perdas resultantes de falha ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo-se o risco legal. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte da instituição, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

A boa prática de gerenciamento do risco operacional é particularmente importante para empresas de serviços financeiros diversificados devido à sua natureza, volume e complexidade dos negócios e serviços. Os padrões específicos para o gerenciamento de risco operacional foram estabelecidos em conformidade com o grupo de regras denominado de Basiléia II.

Basiléia II exige que os bancos tenham uma gestão de gerenciamento de risco operacional de processos internos para avaliar e medir a exposição ao risco operacional e que tenham reserva de capital adequada para enfrentar esses riscos.

De acordo com o grupo de regras da Basiléia II, um evento de perda operacional é um evento que resulta em uma perda, e está associado a qualquer uma das sete categorias de eventos de perda operacional seguintes:

- fraudes internas;
- fraudes externas;
- demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

Entre os exemplos específicos de eventos de perda incluem-se roubos, fraudes, erros de processamento e perdas físicas originadas por desastres naturais.

A abordagem de gestão de risco operacional é feita a partir de duas perspectivas: (1) a Corporativa e (2) a por linhas de negócio e nos níveis das funções de controle do banco. No nível Corporativo refere-se ao risco em toda a Organização. O nível das linhas de negócios inclui riscos em todas as linhas geradoras de receita. As funções de controle do banco referem-se às unidades de negócios que suportam as operações dos negócios da Corporação.

O Comitê de Riscos Brasil supervisiona e aprova as políticas e processos da Instituição a fim de garantir a gestão adequada dos riscos operacionais e regulatórios e serve como ponto de escalonamento para os riscos operacionais críticos e questões regulatórias no âmbito do Conglomerado Financeiro. Dentro da área de Gerenciamento de Risco Global, a equipe de Risco Operacional Corporativo desenvolve e orienta as estratégias, políticas, práticas, controles e ferramentas de monitoramento para avaliação e gestão de riscos operacionais em toda a organização bem como comunica os resultados para a gerência sênior da organização.

As linhas de negócio e funções de controle do Banco são responsáveis por todos os riscos dentro das linhas de negócios, incluindo os riscos operacionais. Os executivos de risco operacional, em conjunto com os executivos das linhas de negócios, desenvolveram ferramentas chave para ajudar a identificar, avaliar, mitigar e monitorar os riscos operacionais em cada linha de negócio e funções de controle da empresa, sendo cada uma delas responsável pela execução, acompanhamento e monitoramento, e adesão às práticas corporativas. O processo de auto-avaliação de riscos e controles para identificar e avaliar os riscos e seus respectivos controles, incluindo planos de ações para mitigação de riscos, quando apropriado. O objetivo desse processo é avaliar as mudanças de mercado, as condições do negócio, avaliar os principais riscos de impacto na linha de negócios e nas funções de controle do banco e avaliar os controles para mitigar estes riscos. O processo de auto-avaliação de controle de risco é documentado em intervalos periódicos. Indicadores chave de risco foram desenvolvidos e são utilizados para ajudar a identificar tendências na empresa, nas linhas de negócios e nos níveis de funções de controle corporativo. As funções de controle do Banco participam do processo de gerenciamento de risco operacional prestando serviços especializados de gerenciamento de risco dentro de suas áreas de atuação no banco e as linhas de negócios e funções de controle que apoiam. Esses grupos também trabalham com executivos de negócio e de risco para desenvolver e orientar estratégias, políticas, práticas, controles e ferramentas de monitoramento para cada linha de negócio e função de controle do banco em relação a esses programas.

Além disso, se necessário, são adquiridas apólices de seguro a fim de mitigar o impacto das perdas operacionais quando, e se ocorrerem. Essas apólices de seguro são claramente incorporadas às características estruturais de avaliação de risco operacional. Como os ressarcimentos desses seguros estão sujeitos à insegurança jurídica e financeira, devido a recentes acontecimentos de mercado, a inclusão dessas apólices de seguro está sujeita a reduções atenuantes nos benefícios esperados.

i. Processos de Gerenciamento de Risco Operacional

Para que haja um gerenciamento eficaz, os riscos operacionais devem ser claramente identificados de forma proativa e medidos com precisão. A identificação adequada dos riscos operacionais foca em conhecer e entender os riscos existentes ou novos riscos advindos de novas iniciativas de negócios, ou de reputação e ou de fatores externos.

Os elementos do programa de risco operacional utilizados para identificar e medir os riscos operacionais são: auto-avaliação de riscos e controles, captura e análise das perdas operacionais, análise de cenários e indicadores chave de risco.

ii. Identificação e mensuração

Para que haja um gerenciamento eficaz, os riscos operacionais devem ser claramente identificados de forma proativa e medidos com precisão. A identificação adequada dos riscos operacionais foca em conhecer e entender os riscos existentes ou novos riscos advindos de novas iniciativas de negócios, ou de reputação e ou de fatores externos.

Os elementos do programa de risco operacional utilizados para identificar e medir os riscos operacionais são: auto-avaliação de riscos e controles, captura e análise das perdas operacionais, análise de cenários e indicadores chave de risco.

iii. Mitigação e controle

No BofAML a mitigação e controles dos riscos operacionais são processos utilizados para o gerenciamento da exposição aos riscos. O BofAML estabelece processos e procedimentos para a comunicação dos riscos e de seus limites através de políticas que definem a responsabilidade e a autoridade do tomador do risco. Esses processos incluem um processo de escalonamento bem definidos e um plano de resposta ao risco.

Os elementos do programa de risco operacional utilizados para mitigar e controlar os riscos operacionais são: níveis de tolerância ao risco, políticas e procedimentos, treinamentos e comunicação de problemas à gerência sênior.

iv. Monitoramento e teste

Os níveis de risco são monitorados e testados regularmente para garantir a adesão ao apetite de risco e limites. Relatórios de acompanhamento são produzidos e distribuídos para os níveis de gestão apropriados e, quando necessário, ações corretivas são tomadas.

Os elementos do programa de risco operacional utilizados para monitorar e testar os riscos operacionais são: monitoramento dos indicadores chaves de risco e validação da implementação dos procedimentos/políticas de risco operacional.

v. Relato e revisão

A área de Risco Operacional revisa e relata os parâmetros e os resultados de avaliação de risco para a administração para fins de governança do risco operacional. Quando for apropriado, as avaliações e questões de risco devem ser relatadas para o Comitê de Riscos Brasil e se necessário para o Comitê de Liderança.

Os elementos do programa de risco operacional utilizados para relatar e revisar os riscos operacionais são: indicadores chave de risco, auto-avaliação de riscos e controles, e relatórios gerenciais de risco operacional.

vi. Principais elementos do programa de Gerenciamento de Risco Operacional

Os principais elementos que facilitam o gerenciamento do programa de risco operacional são:

- Auto-avaliação de riscos e controles: identifica a exposição dos riscos operacionais dentro e entre as áreas de negócios e áreas de controle. Através da auto-avaliação de riscos e controles, engaja os executivos sênior da organização e prioriza os principais riscos operacionais. A auto-avaliação de riscos e controles é baseada em um conjunto definido de critérios e é executada pelas áreas de negócios e controles. Os resultados são validados de forma independente pela equipe de risco operacional que fornecem uma avaliação do risco inerente, do ambiente de controle, do risco residual e da direção do risco;
- Captura e análise das perdas operacionais: um trabalho extenso de coleta, classificação, relatório e análise das perdas que resultam de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos para que se possa aprender as lições apropriadas e para que se possa tomar as medidas adequadas de recuperação que se dirigidas às causas que representam a exposição a riscos acima dos níveis aceitáveis;

- Análise de Cenários: processo de análise de cenário se aplica ao julgamento de especialistas de negócios seniores e gerentes de risco para identificar a exposição grave e plausível a eventos de risco operacional. São estimados potenciais eventos de alta gravidade e baixa probabilidade aos quais o BofAML está exposto. Oferece uma abordagem estruturada, repetível e progressiva para a avaliação e gestão de eventos operacionais aos quais a organização esta sujeita, mas que podem não ocorrer; e
- Indicadores Chave de Risco: Indicadores operacionais que tem como seus principais objetivos:
 - fornecer sinais de alerta para problemas operacionais;
 - ilustrar uma análise de tendência ao longo do tempo;
 - desencadear procedimentos de comunicação nos níveis hierárquicos superiores uma vez um limite é violado;
 - suportar decisões baseadas no risco existente;
 - indicar riscos potenciais entre os produtos, processos, departamentos etc;
 - fornecer valores de referência que possam ser usados para comparações;
 - definir e concentrar esforços para a priorização mais crítica de risco operacional;
 - otimizar o uso e alocação de capital de risco operacional.

e. Gerenciamento e alocação de capital

A partir de 31 de Dezembro de 2012 a abordagem de gerenciamento de capital consolida de forma estruturada as ações implementadas pelas entidades BR BofAML para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução 3.988/11. A estrutura de capital fornece uma uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. Especificamente fazem parte da estrutura os seguintes elementos:

- Horizonte de planejamento de três anos;
- Está alinhado com os lucros esperados e balanço patrimonial, bem como com outros fatores elaborados pelas áreas de Finance e Administração de Riscos das Entidades BR BofAML;
- É embasado em estimativas pró-forma para cada tipo de ativo ponderado pelo risco (RWA) nos termos das legislações aplicáveis das Entidades BR BofAML;
- É coerente com os ganhos e projeções de balanço produzidos e aprovados pela alta administração das Entidades BR BofAML;
- Enumera os principais riscos para as estimativas, bem como ações de capital planejados;
- Determina premissas, no mínimo, para um cenário base e um cenário adverso, adequados ao modelo de negócios e às carteiras das Entidades BR BofAML;
- Ações corporativas potencialmente necessárias para a adequação do montante de capital regulatório;

- Avalia e reporta a capacidade das Entidades BR BofAML para suportar cenários adversos do ponto de vista do capital regulatório.

i. Alocação e mensuração de capital

Conforme os preceitos acordo de capital da Basileia III, o Banco Central publicou as Resoluções 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional “CMN” que tratam de gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito. Publicou também Circulares da 3.634/13, até a 3.648/13, que definem as metodologias das parcelas de capital necessárias para os riscos de crédito, mercado e operacional, bem como a Resolução 4.192/13 do CMN, que altera as regras de apuração do patrimônio de referência e fornece orientações sobre a apuração do patrimônio de referência exigido. O CMN publicou também a Resolução 3.988/11 que trata da implementação da estrutura de gerenciamento de capital.

O BofAML mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do PR da instituição é discutida mensalmente no Comitê do ALMRC com intuito de definir estratégias para equilibrar a relação entre capital disponível e capital mínimo requerido.

O BofAML calcula o patrimônio de referência exigido referente ao risco crédito e mercado utilizando a Abordagem Padronizada e para risco operacional utilizando a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

ii. Estrutura de capital

O capital regulatório consiste no capital nível 1, que inclui o capital acionário e as reservas de lucros, abrangendo o resultado do período atual. O outro componente do capital regulatório é o capital nível 2, que inclui título subordinado de dívida de longo prazo. De acordo com as definições da Resolução nº. 2.837 da CMN de 30 de Maio de 2001, foi emitida em 06 de Dezembro de 2006, dívida subordinada no montante de R\$ 86,7 milhões, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2015, monta a R\$ 87,5 milhões, com vencimento em 06 de Dezembro de 2016.

As instituições integrantes do conglomerado financeiro do BofAML apuram o seu patrimônio de referência – PR (somatório dos níveis 1 e 2 de capital) de forma consolidada, utilizando-se dos critérios do plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional – COSIF.

f. Acordos de compensação de ativos e passivos

Conforme estabelecido pelo IFRS 7 o BofAML possui acordos para compensação de ativos e passivos. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos à compensação são resumidos a seguir:

i. Composição do valor a receber / pagar por indexador:

	Dezembro 2016		Dezembro 2015	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Operações de "swap"				
CDI x CDI	1.217	-	6.714	-
CDI x Dólar	476.227	(82.284)	2.176	(4.232.447)
CDI x Euro	-	-	-	(27.243)
CDI x IGPM	-	(7.487)	-	(2.596)
CDI x IPCA	21.915	(108.268)	20.298	(13.327)
CDI x Libor	407.132	(549.604)	8.159	(3.090.837)
CDI x Pré	-	(21.716)	30.170	(2.797)
CUF x CDI	-	-	28.126	-
Dólar x CDI	11.728	(284.873)	2.486.697	-
Dólar x Dólar	-	-	-	(3.673)
Dólar x Euro	459.348	-	481.656	-
Dólar x Libor	45.659	(8.109)	99.248	(4.421)
Dólar x Pré	94.955	(9.171)	329.724	-
Euro x CDI	-	-	40.478	-
Euro x Dólar	-	(199.703)	-	(479.648)
Euro x Pré	-	(51.576)	1.884	-
IGPM x CDI	7.679	-	2.749	-
IPCA x CDI	42.116	-	4.965	-
Libor x CDI	-	(194.878)	2.622.420	-
Libor x Dólar	14.641	-	-	(22.169)
Libor x Pré	10.416	-	65.081	-
Pré x CDI	5.558	-	114	(35.012)
Pré x CUF	-	-	-	(30.556)
Pré x Dólar	13.682	(62.318)	-	(270.654)
Pré x Euro	52.400	-	-	(1.874)
Pré x Libor	-	(21.540)	-	(97.401)
Euro x Libor	-	(2.967)	-	-
Libor x Euro	3.205	-	-	-
Operações com opções				
Dólar	97.785	(97.785)	5.652	(3.476.659)
Yen	-	-	6.583	(6.583)
Operações a termo				
Moeda - NDF	726.065	(303.072)	1.349.186	(789.853)
Títulos públicos	435	(270)	128	(1)
Total	2.492.163	(2.005.621)	7.592.207	(12.587.751)

(*) Os valores do quadro acima não consideram os saldos de CVA.

* * *